

--- SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS. -----

--- Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dois, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- **Um**—PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Dois**—APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.-----

--- **Três**—CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS. --

--- **Quatro**—LANÇAMENTO DE DERRAMA NO ANO DE DOIS MIL E TRÊS.-----

--- **Cinco**—VENDA EM PROPRIEDADE PLENA DE LOTE NA ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE SANTARÉM.-----

--- **Seis**—APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS “PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ DOZE DE SETEMBRO DE 2002:-----

---—“AMBIENTE – AGENDA XXI LOCAL”;-----

---—“REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORIFICAS”;-----

---—“SANTARÉM E O EURO DOIS MIL E QUATRO”;-----

---—“ARRANJO DAS ESTRADAS NO CAMPO DO ROSSIO”;-----

---—“QUE REGIONALIZAÇÃO”.-----

--- **Sete**—DIFERENTES “PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” POSTERIORMENTE ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- **Oito**—PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO ALVIELA. -----

--- **Nove**—ATRIBUIÇÃO PELOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM AO C.A.S. – CENTRO DE APOIO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM, DE UM SUBSÍDIO DE DOIS MIL E QUINHENTOS EUROS. -----

--- **Dez**—DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, DO LOTE QUARENTA E UM, SITO NA PRACETA JOSÉ PEREIRA RODRIGUES – URBANIZAÇÃO DE SÃO DOMINGOS, PARA INSTALAÇÃO DA LUDOTECA DE SÃO DOMINGOS. -----

--- **Onze**—DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, DO LOTE QUARENTA E DOIS, SITO NA PRACETA JOSÉ PEREIRA RODRIGUES – URBANIZAÇÃO DE SÃO DOMINGOS. -----

--- **Doze**—REGULAMENTO MUNICIPAL DE DESCARGAS DE ÁGUAS RESIDUAIS INDUSTRIAIS; -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Vasco Navarro da Graça Moura, Leonel de Matos Martinho do Rosário, João Luís Madeira Lopes, Eurico Mateus Guerra Saramago, Pedro Nuno Pimenta Braz, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Albertino Filipe Pisca Eugénio, José Luís Marques Cabrita, Carlos Manuel Luís Catalão, Vítor Manuel de Sousa Varajão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Carla Andreia Costa dos Santos, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, José António Pisco Borrego, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Jorge Manuel Assunção Ferreira da Costa Rosa, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Luís Alberto Ferreira Leitão, Maria dos Anjos Santos Neves Patusco, Celso Ricardo Pimenta Brás, Aires Manuel

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

142

Gaspar Duarte Lopes, Manuel Albino da Conceição Rosa, Vicente Carlos Flor Batalha, José Manuel Gaspar, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Ferreira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Fernando Manuel Tomé da Silva, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Octávio da Costa Filipe, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Rosa Maria Gomes da Silva Lavrador, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e José Luís Pires Mota.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a discussão e votação a acta número três, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- Submeteu, depois, a discussão e votação a acta número cinco tendo intervindo o senhor Vicente Batalha para solicitar uma adenda ao texto da sua intervenção na referida acta. Consumada a votação com a alteração sugerida, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- Seguidamente propôs , por sugestão da Comissão do Regimento, que o primeiro ponto da ordem do dia passasse a figurar em último na respectiva Ordem de Trabalhos, tendo o plenário, por unanimidade, concordado. -----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- Prosseguiram-se as intervenções no **Período de Antes da Ordem o Dia** tendo sido dada a palavra ao senhor **Francisco Madeira Lopes** que se referiu à Cimeira da Terra que terminou no passado dia quatro de Setembro, em Joanesburgo, lamentando que a mesma tenha sido um fracasso.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Carlos Catalão** que se congratulou com a admissão de Timor Leste como membro das Nações Unidas o que, de facto, é o corolário da tenacidade e do sacrifício do povo timorense, sugerindo que se aprove um Voto de Congratulação por Timor Leste.-----

--- A seguir o senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- “Duas questões, uma consideração e uma pergunta. -----

--- **Um** – A quatro de Junho, José Miguel Noras foi condecorado pelo Governo da República Federativa do Brasil com a Ordem do Rio Branco, a mais alta condecoração atribuída a cidadãos estrangeiros, em cerimónia presidida pelo Embaixador José Gregori, na respectiva Embaixada em Lisboa. -----

--- José Miguel Noras é Presidente desta Assembleia Municipal, razão porque entendi trazer aqui este facto e que independentemente dos posicionamentos partidários e das divergências que com ele possamos ter, nos deve regozijar como cidadãos e scalabitanos.

--- Porque é o bom nome de Santarém que nos deve unir, congratulo-me por esta distinção. -----

--- **Dois** – E porque isto anda tudo ligado, a segunda questão a que me quero referir, é precisamente à instalação concreta em Santarém do Consulado Honorário do Brasil, e à investidura de Joaquim Adriano Botas Castanho como Cônsul Honorário do Brasil na cidade, em cerimónia que ocorreu no passado dia cinco de Setembro, na Casa do Brasil em Santarém. Saúdo, pois, Joaquim Adriano Botas Castanho como primeiro Cônsul Honorário do Brasil em Santarém, congratulo-me com a sua nomeação, e desejo-lhe os maiores êxitos na sua nova missão, que, estou certo, vai desempenhar com dignidade e proficiência, sentido democrático e civilizacional. -----

--- **Três** – Novo Centro de Saúde em Santarém -----

--- Na sequência de muitas insistências, a Câmara, em sua reunião de vinte e oito de Junho de dois mil e um, acabou por aprovar, por unanimidade, uma proposta que apresentei, a que se juntou outra similar da Dr^a. Rosa Feliciano (actual Coordenadora da Sub-região de Saúde de Santarém) para que fosse indicado em consonância com a ARS/Sub-região de Santarém um terreno para a necessária e urgente construção do Centro de Saúde de Santarém.-----

--- Qual a posição do actual Executivo sobre o cumprimento deste importante assunto, divulgada que foi há tempo a notícia de que este Governo considerava prioritária a construção do novo Centro de Saúde, já que Santarém é a única, ou das poucas capitais de distrito que não dispões de um equipamento em condições?!-----

--- Os Vereadores da CDU apresentaram na reunião do passado dia dezasseis de Setembro, uma Proposta que foi aprovada por unanimidade e que seguiu os seus trâmites, para que na preparação do Orçamento de Estado (OE) para dois mil e três que está a iniciar-se, seja considerada a verba para o novo Centro de Saúde de Santarém. No documento, também os senhores deputados são instados a considerar que não possa ser perdida, por qualquer forma, a verba consignada no OE de dois mil e três, para a construção da Extensão de Saúde de São Domingos, freguesia de S. Nicolau, cujo processo, tanto quanto sei, está concluído. -----

--- Sublinho a importância da posição, já que uma coisa (Centro de Saúde de Santarém) nada tem a ver e é independente da outra (Extensão de Saúde de São Domingos). -----

--- Quanto ao Centro de Saúde de Santarém, destaco a necessidade de se dar corpo à sua descentralização, dada a sua extensão e complexidade, criando os pólos de Pernes e Alcanede.-----

--- Existindo já terreno para tal, justo será que o OE para dois mil e três considere e consigne as necessárias verbas para o efeito. Tanto mais que esta recomendação do

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

anterior assumida, e, aliás, já antiga, foi tornada pública, nomeadamente, na resposta escrita do Ministério da Saúde a um requerimento da senhora deputada Luísa Mesquita. -

--- Bom será que a Câmara, como lhe compete, não deixe cair este conjunto de questões, numa área tão nevrálgica e sensível para as populações, e continue a tomar as posições que deve, na defesa dos interesses do concelho. -----

--- E não é de somenos importância, direi mesmo que é primordial, que a Câmara em conjunto com a Sub-região de Saúde defina o terreno onde se irá construir o novo Centro de Saúde de Santarém, dando cumprimento a deliberação antiga e já referida”. -----

--- A seguir, o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, interveio solicitando esclarecimentos sobre o arranjo de diversos arruamentos na freguesia de S. Nicolau. -----

--- Chamou a atenção para o perigo de uma ETAR na Quinta do Vale que se encontra abandonada. -----

--- Manifestou o seu desagrado pelo facto de ter sido colocada uma vedação num terreno na zona das Fontainhas, na freguesia de S. Nicolau, sem ter sido dado qualquer conhecimento à respectiva Junta de Freguesia. -----

--- Lamentou não ter podido participar na organização do “Dia Europeu Sem Carros” por falta de informação que não chegou à sua Junta de Freguesia. -----

--- Depois interveio a senhora **Rosalina Melro** manifestando a sua preocupação pelo encerramento das Escolas de Primeiro Ciclo de Alfange, Casais da Maria Delfina e Bairro D. Constância, perguntando se a Câmara e as Juntas de freguesia receberam alguma verba da Administração Central de modo a fazer face às despesas inerentes aos respectivos encerramentos. -----

--- Concluiu, falando dos problemas dos transportes públicos de Santarém. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Mário Rodrigues Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, para lamentar que a Câmara Municipal de Santarém, até à

presente data, ainda não tenha dado satisfação aos pedidos de intervenção solicitados pela Junta de Freguesia de Marvila.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Vítor Pinto da Rocha**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, lamentando as críticas efectuadas pela senhora deputada Rosalina Melro num seu artigo na comunicação social regional, em relação ao apoio dado pela autarquia para a recuperação da “Casa da Joanhinha” no Vale de Santarém, a qual é, em seu entender, um marco histórico do concelho.-----

--- Depois, solicitou a palavra a senhora **Rosalina Melro** para esclarecer que aquele local deveria ter merecido uma intervenção por parte do Governo e não dos poucos recursos financeiros da autarquia de Santarém.-----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Vítor Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que falou da degradação dos edifícios na Ribeira de Santarém, solicitando a intervenção da Câmara Municipal com vista à resolução do citado problema.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Pedro Braz** solicitando esclarecimentos em relação aos custos de manutenção do relvado do campo de futebol Chã das Padeiras. -----

--- Questionou quais as medidas que estão a ser tomadas pela autarquia no sentido de melhorar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiência, sugerindo a criação de um Provedor para o deficiente. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Aires Lopes** referindo-se aos graves acidentes ocorridos na Estrada Nacional três, solicitando que sejam tomadas medidas no sentido de se evitar esta sinistralidade. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **António João Henriques**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém, que levantou algumas dúvidas em relação à qualidade da água da rede na sua freguesia – apesar das análises efectuadas pelos Serviços Municipalizados – tendo em atenção a existência de uma pecuária nas imediações do furo que abastece a Póvoa de Santarém.-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- Solicitou esclarecimentos relativamente ao arranjo das bermas e valetas da estrada municipal quinhentos e noventa e quatro, na Póvoa de Santarém e aos contentores do lixo para a sua freguesia. -----

--- Depois, o senhor **João Madeira Lopes** efectuou a intervenção seguinte: -----

--- “A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município. -----

--- Compete ao Presidente da Assembleia Municipal representar este órgão, sendo o símbolo, o espelho de todos os deputados municipais.-----

--- Invariavelmente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santarém, nas cerimónias públicas, não é convidado pelo senhor Presidente da Câmara ou por quem o representa para assumir o seu lugar protocolar. -----

--- Este órgão autárquico deliberativo a que me orgulho de pertencer tem o direito e o dever de acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara.-----

--- Invariavelmente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aprecia publicamente em tom crítico expresso ou velado a actividade deste Executivo e do seu Presidente. -----

--- A bancada da CDU tem assumido um distanciamento em relação aos notórios conflitos pessoais existentes. -----

--- Chegou a altura de dizer: BASTA! -----

--- Daí esta intervenção... -----

--- A dignidade e o prestígio dos órgãos autárquicos, designadamente desta Assembleia estão a ser afectados para vergonha de todos nós. -----

--- As relações institucionais entre autarcas não podem nunca ser inquinadas por eventuais azedumes pessoais.-----

--- Fomos eleitos pela população do concelho para dar o nosso melhor nos órgãos respectivos: o respeito por ela obriga-nos a assumir a humildade e o dever de servir. -----

--- O recente acontecimento insólito e inoportuno de o senhor Presidente da Assembleia Municipal, sem estar mandatado por este órgão, exorbitando as suas funções, ter proposto ao senhor Presidente da Câmara a atribuição de medalhas de ouro a ilustres cidadãos

deste concelho, sem, no mínimo, auscultar a Mesa e os representantes dos partidos e coligações e o insólito e inoportuno agendamento pelo senhor Presidente da Câmara dessa votação para uma sessão normal, sabendo do inevitável risco, senão certeza, de vexar a dignidade dos senhores Doutores Joaquim Martinho da Silva e Leonardo Ribeiro de Almeida, prestigiados advogados, mais do que merecedores de consagração pública e camarária, veio trazer, tristemente, ainda maior dimensão pública ao conflito institucional entre os dois presidentes.-----

--- Não sou o Padre António Vieira, nem esta intervenção tem a pretensão de ser sermão.

--- Tem, sim, a intenção de contribuir para a dignificação dos órgãos autárquicos, designadamente da Assembleia Municipal, na certeza de que os autarcas deverão, pedagogicamente, dar o exemplo aos seus munícipes das sãs regras de comportamento. -

--- O concelho só terá a ganhar!...”.-----

--- Seguidamente, usou da palavra a senhora **Mónica Mendonça** que felicitou as entidades que participaram no dia europeu sem carros, considerando ser uma iniciativa de ordem ambiental que muito lhe apraz registar.-----

--- Depois interveio o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** referindo-se à questão das medalhas de ouro da cidade, considerando que os cidadãos em causa certamente resistiram ao episódio pouco dignificante que todos tivemos oportunidade de assistir.----

--- Realçou o trabalho desenvolvido pelo actual Executivo Municipal no âmbito do ordenamento do território.-----

--- A seguir, o senhor **Vítor Varajão** interveio congratulando-se com o facto de o programa de ontem do “Olá Portugal”, bem como o Noticiário da Tarde, durante toda a semana, terem sido emitidos a partir de Santarém.-----

--- Referiu que o “Dia Europeu sem Carros”, no seu entender, teve carros a mais em determinadas artérias da cidade..-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** sublinhando as palavras do deputado Vicente Batalha, relativamente à investidura do Doutor Botas Castanho como primeiro Cônsul Honorário do Brasil, na cidade de Santarém. -----

--- Referiu-se à modernização administrativa, a qual faz parte do programa eleitoral do Presidente da Câmara Municipal de Santarém, considerando que os processos de licenciamento são um facto negativo da imagem da autarquia, que impõe uma reformulação urgente em virtude de, na sua opinião, o procedimento de apreciação dos mesmos ser demasiadamente hierarquizado. -----

--- A seguir, usou da palavra, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** referindo a ausência de respostas ou informações incompletas por parte da Câmara Municipal de Santarém, aos requerimentos, por si apresentados, e aprovados por unanimidade, considerando que os deputados municipais não podem ser tratados desta forma. -----

--- Concluiu, sublinhando as palavras do senhor Vicente Batalha em relação ao Centro de Saúde de Santarém. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro da Milhariças, solicitando a realização de uma reunião com o Executivo Municipal e os Presidentes de Junta, com vista a analisar as propostas para o Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e três. -----

--- Alertou para a falta de marcação e sinalização vertical nas estradas da freguesia do Arneiro das Milhariças.-----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Diamantino Carvalho**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, agradecendo a participação dos presentes na homenagem ao Doutor Leonardo Ribeiro de Almeida, destacando o brilhante discurso do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santarém naquela cerimónia.-----

--- Congratulou-se com a edição do Fórum Santarém a qual é uma excelente ideia da Câmara Municipal de Santarém, considerando que deverá ser um local onde o Município

se encontre com as suas vinte e oito Juntas de Freguesia e que o Executivo deve, em sua opinião, resistir à tentação de transformar esta edição numa montra de vaidade. -----

--- Referiu as acções culturais descentralizadas que têm ocorrido por todo o concelho, bem como os passeios para a terceira idade. -----

--- Manifestou a sua discordância pelo facto da senhora Vereadora da Cultura se ter publicamente referido a algumas Juntas de Freguesia como Juntas da oposição, salientando que estas têm de ser entendidas como um todo do território do concelho.-----

--- Referiu não aceitar a justificação para a desmarcação da primeira reunião do secretariado do Gabinete de Apoio ao Presidente marcada para ontem.-----

--- Concluiu, referindo que gostaria de ver retomada a descentralização das sessões desta Assembleia, disponibilizando a Junta de Freguesia de Casével para aquele fim. -----

--- De seguida, usou da palavra o senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, dando conhecimento do seguinte comunicado: -----

--- “Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Achete, Alcanede, Arneiro das Milhariças, Azoia de Baixo, Casével, Gançaria, Marvila, São Nicolau, Salvador, Tremês e Várzea, publicamente demonstram o seu desagrado e veemente protesto pela actuação da Câmara Municipal de Santarém e especialmente do seu Presidente, que age em claro e manifesto detrimento da democracia e em desrespeito do seu mais alto e básico princípio que é o resultado eleitoral, donde nasceram os executivos das freguesias e também o executivo municipal, por vontade expressa dos cidadãos de todo o concelho e de cada uma das suas freguesias em particular. -----

--- Não concebemos:-----

--- Um – Que uma Junta de Freguesia espere durante nove meses (leia-se desde o início do mandato) por uma reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Santarém;-----

--- Dois – Que o Presidente da edilidade scalabitana se desloque às freguesias ou aí realize reuniões de interesse público, sem cuidar de cumprir as mais elementares regras protocolares e de convivência institucional, ignorando os respectivos Presidentes de Junta

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

de Freguesia, antes se fazendo acompanhar de pessoas que nessas freguesias lhe são próximas do ponto de vista político-partidário; -----

---Três – Que o gabinete especialmente criado para facilitar a ligação entre a Câmara Municipal e as freguesias, Gabinete de Apoio às Freguesias, seja dirigido de forma leviana, servindo de instrumento político para a prossecução de fins discricionários e discriminatórios, sem qualquer critério de actuação, pondo em causa a igualdade entre os municípios, impregnando a sua actuação de medidas laxistas e, mais grave ainda, com cobertura do dirigente máximo do órgão executivo; -----

---Quatro – Que num concelho com evidentes carências de investimento, em que as Juntas de Freguesia se esforçam ao máximo para alcançar o bem estar da população, com dificuldades extremas na manutenção do seu próprio normal funcionamento, tenham como prémio da Câmara Municipal de Santarém o corte de transferência de verbas no âmbito dos protocolos de delegação de competências;-----

---Cinco – Que nas (muitas) alterações ao Plano Plurianual de Investimentos não exista critério pré elaborado na passagem de verbas indefinidas para definidas; -----

--- Seis – Que um Presidente de Câmara se deslumbre, em prol de uma afirmação pessoal, importando modelos e instrumentos, vulgo orçamentos participativos, que imperam em democracia em tudo desiguais da portuguesa, que para além deste seu desígnio, põe em causa aqueles que se sujeitaram a sufrágio e foram eleitos pela população, aliás como ele próprio, tendo como fim ultimo a minimização do resultado eleitoral das últimas autárquicas ao nível das freguesias. Neste domínio não compreendemos ainda que o Presidente da Câmara ponha em causa um dos mais elementares princípios constitucionais do nosso Estado de Direito Democrático, a representatividade, querendo relegar para segundo plano aqueles que contactam diariamente, e não anualmente, com a população e a ouvem, no dia-a-dia, vivendo as suas preocupações e os seus anseios.-----

--- Não é assim que estamos na política e em exclusiva defesa do bem comum. Queremos seriedade no diálogo, verdade nas acções, e um rumo bem definido e desprovido de “fait divers” que em nada dignificam a política, os políticos e o nosso concelho. -----

--- A nossa crítica é construtiva! Queremos a melhoria de condições e a definição de estratégias. Queremos um único concelho e um único objectivo: a dignificação dos concelhanos e a crescente melhoria da sua qualidade de vida.-----

--- Fomos legitimamente eleitos pelas gentes das nossas terras, e é com essa responsabilidade que nos movemos no dia-a-dia em busca das verdadeiras e legítimas, participação, transparência, informação, solidariedade, rigor e cidadania (sic)”. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que informou das diligências efectuadas em relação à construção do novo Centro de Saúde de Santarém, salientando a unanimidade do Executivo Municipal relativamente a esta matéria. -----

--- Sublinhou as preocupações levantadas acerca do encerramento de algumas escolas no concelho, cujo motivo é o reflexo de medidas tomadas as quais redundaram no esvaziamento desses mesmos estabelecimentos de ensino. -----

--- Quanto à Casa da Joanelha, disse estar-se a trabalhar no sentido de recuperar o espírito e a história daquele espaço. -----

--- Em relação à recuperação do património habitacional da Ribeira de Santarém, informou que o Executivo Municipal exerceu o direito de preferência de dois imóveis, por indicação da respectiva Junta de Freguesia, impedindo assim que os mesmos fossem adquiridos por particulares, acabando por transferir o ónus da recuperação para a Autarquia. -----

--- Esclareceu que a manutenção do relvado do campo de futebol da União Desportiva de Santarém há longos anos que é suportado pela Câmara Municipal de Santarém, independentemente da forma como são acordados esses trabalhos.-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

---No tocante à Estrada Nacional três, disse que, segundo informação da entidade competente, a adjudicação da empreitada para recuperação daquela via se encontra a aguardar visto do Tribunal de Contas.-----

--- Clarificou que as relações institucionais, no seu entender, devem ser respeitadas e que tem o máximo de respeito por todas as instituições municipais.-----

--- Prosseguiu, prestando esclarecimentos em relação à questão das medalhas de ouro, salientando assumir todas as responsabilidades em relação ao processo na parte que lhe diz respeito. -----

--- Informou ter sido constituída, hoje, a Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal, dando expressão às preocupações levantadas sobre o ordenamento do território.-----

--- Relativamente à questão da legitimidade, lembrou que também foi legitimamente eleito pela população, o que lhe confere o direito de gerir o concelho da forma que achar mais correcta. -----

--- Salientou não se rever nas críticas do documento subscrito por diversos Presidente de Junta e lido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, referindo ter outra visão do orçamento participativo, sublinhando que o Canadá e a França utilizam esta metodologia, enquanto em Portugal apenas dois municípios adoptaram esta experiência. -----

--- Interveio novamente o senhor **Vicente Batalha** perguntando qual o terreno destinado à construção do novo Centro de Saúde de Santarém. -----

--- A seguir foi dada a palavra ao senhor **Vasco Graça Moura** que referiu não ter ficado esclarecido em relação à forma como o Executivo encara as homenagens a alguns dos seus cidadãos ilustres, salientando que, em sua opinião, a Câmara deveria anunciar quais as medidas que tem em mente para corrigir o vexame de que foram alvo aqueles cidadãos e prestar-lhe a devida homenagem. -----

--- Intervieram ainda os senhores **Vítor Manuel Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, **Pedro Pimenta Braz** e **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, solicitando esclarecimentos em relação às suas anteriores intervenções. -----

--- Seguidamente, retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo que, neste momento, a falta de terreno para a construção do Centro de Saúde de Santarém não é o problema essencial, dado existirem terrenos para a construção de outros centros de saúde que ainda não foram concretizados.-----

--- Quanto às homenagens, referiu haver muito trabalho que poderá ser desenvolvido pela Câmara e Assembleia Municipal de Santarém como, por exemplo, a revisão do actual Regulamento para a concessão das medalhas de ouro da cidade ou de outras honrarias que o Município queira levar a efeito.-----

--- Sublinhou que o direito de preferência exercido pela Câmara Municipal de Santarém foi, de certa forma, influenciado pelo parecer emitido pela Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém. -----

--- Disse que a Câmara tudo fará para criar condições para que os deficientes possam ter a melhor qualidade de vida possível. -----

--- Concluiu, referindo estar sensibilizado quanto à necessidade da realização de reuniões de trabalho com todas as Juntas de Freguesia do concelho.-----

--- Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que por solicitação da Câmara foram retirados da Ordem de Trabalhos os Pontos Dez e Onze por os processos ainda não estarem concluídos. -----

--- **PONTO UM-APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO**

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.-----

--- O senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Sobre o Relatório das Actividades mais relevantes do Município, entre dezasseis de Junho e trinta e um de Agosto, que é pena ter deixado de fora quase todo o mês de Setembro, mesmo assim acabou por chegar em cima da hora, quero efectuar algumas perguntas ao senhor Presidente da Câmara: -----

--- **Um – Protocolos** -----

--- É afirmado que “o Executivo aprovou a renovação dos protocolos com as Corporações dos Bombeiros Voluntários”. Para além daquilo que considero ser um mero lapso – os protocolos são celebrados com as Associações e não com as Corporações – gostaria de saber qual o índice da actualização das respectivas verbas. -----

--- Gostaria ainda de saber qual a situação do processo dos Grupos de Intervenção Permanentes (GIP’s), tão necessários à segurança das populações. Penso que se está a adiar a questão inexplicavelmente como diz o povo “a encanar a perna à rã”, perdendo a oportunidade de termos sido pioneiros ou dos primeiros a tê-los em acção. Com as restrições orçamentais que vivemos, não os tivemos, duvido que os venhamos a ter num futuro próximo. Alguém teve ou tem culpa. -----

--- **Dois – Obras** -----

--- É referida a limpeza de mato, entre outros locais, do Bairro Suíço. Entendo que aqui o fundamental teria sido a pavimentação da rua de acesso ao bairro, só pó no verão e só lama no inverno, como todos sabem. Aliás, essa acessibilidade também é importante para o município, visto ser o acesso à unidade de transferência e ao estaleiro, à zona industrial, e têm muito movimento, e tantos prejuízos e incómodos causa a quem ali mora ou por ali se desloca. Estamos dentro da cidade e a situação da via é degradante, não percebo do que se está à espera. Vai ou não ser cumprido o compromisso? E quando? -----

--- **Três – Recuperação da Rede Viária** -----

--- Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco – quatro, beneficiação do troço entre Pernes e o limite do concelho, aguarda celebração de contrato. Há quanto tempo? E porquê? -----

--- Isto só acontece porque houve uma total inversão de prioridades. É uma situação inadmissível por si, e mais grave se a compararmos com a sua continuidade no concelho de Alcanena, onde está recuperada.-----

--- Esta via foi transferida já em mau estado, e contra isso me insurgi, pois foi um mau negócio para o município o um bom negócio para a antiga JAE. Quem paga são os munícipes.-----

--- Esta obra inadiável tem ou não um empréstimo concedido e autorizado para o efeito? De que se está verdadeiramente à espera para se avançar de uma vez por todas com a obra?! -----

--- **Quatro – Urbanismo** -----

--- Quero saudar a decisão do Executivo de rever o Plano Director Municipal (PDM) e a abertura do respectivo concurso público. É uma decisão a reter e a acompanhar com rigoroso cuidado, pois é uma reivindicação antiga e desde a primeira hora de existência do PDM, e um contributo decisivo para o desenvolvimento harmonioso e sustentável do concelho de Santarém. Veremos se os resultados irão corresponder às expectativas, pelo que nesta matéria todos se devem pronunciar. -----

--- **Cinco – Desporto**-----

--- Abertura do Complexo Aquático Municipal -----

--- Este equipamento abriu as suas portas ao público, no passado dia cinco de Agosto. Congratulo-me por isso. A aspiração e o sonho da nossa população, com atrasos e custos foram finalmente concretizados. Esta não é uma obra qualquer. -----

--- Por isso, neste momento, sinto ser de justiça lembrar Francisco Viegas, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santarém, e da sua equipa, porque os “tanques de aprendizagem” foram as Piscinas de Santarém ao longo de cerca de vinte e

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

cinco anos, foram construídos por sua iniciativa, e ainda, porque o terreno de Vale de Ossos, onde está construído o Complexo Aquático Municipal foi adquirido nessa altura pela autarquia (sem o terreno não sei se existiriam hoje as piscinas): é certo que foi para Cemitério, como consta no PDM, um bico de obra que a Câmara tem que resolver com urgência. -----

--- Independentemente do sonho adiado e à tona das discussões ou na agenda, ao longo de muitos anos, o certo é que a deliberação para construção do Complexo Aquático Municipal foi efectuado na reunião de Câmara de quatro de Março de mil novecentos e noventa e oito, e foi durante o mandato anterior que a obra se desenvolveu e tomou corpo e forma, com realce para as deliberações de treze de Agosto e dez de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, entre outras. -----

--- Se a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Santarém, como aqui já referi e sublinhei, era o maior investimento do concelho, inaugurado no anterior mandato a dezanove de Março de mil novecentos e noventa e nove, estamos a falar de uma obra da ordem dos quinhentos e oitenta mil contos, o Complexo Aquático Municipal passa a ser, a partir de agora, o maior investimento feito pela Câmara Municipal de Santarém no seu concelho, estamos a falar de um investimento da ordem de um milhão e duzentos mil contos (seis milhões de euros). -----

--- O nome de José Miguel Correia Noras e da sua vereação ficam ligados a este empreendimento, “de dimensão claramente regional”, como muito bem disse o senhor Presidente da Câmara, Rui Barreiro. -----

--- Fiz parte dessa vereação e, embora sabendo que elogio em boca própria é vitupério, estou à vontade para fazer esta referência, porque fui apoiante crítico da solução desde o início e de vários dos seus passos e fases, inclusive, ao nível do urbanismo e da ocupação do território em toda a área, devido às acessibilidade e infra-estruturas, para valorização e dignificação da obra no seu conjunto, inserção e visibilidade. -----

--- Agora, poderia ainda tecer críticas à forma atabalhoada como abriu ao público, e como estão as envolvências, autêntico estaleiro de obras. -----

--- Mas, isso são minudências que agora não interessam nada. O que interessa é que Santarém e a região dispõem daquele Complexo Aquático Municipal, que contribui para a qualidade de vida da população e dignifica e prestigia o bom nome de Santarém. o que interessa é o futuro, e que o Complexo Aquático Municipal funcione bem, que seja criteriosamente gerido, compatibilize despesa e receita, sem esquecer que presta um serviço social. O que interessa é que tenha êxito, longa vida com qualidade, e cumpra os objectivos. São os meus votos, é o meu desejo sincero. -----

--- Por isso, parabéns à Câmara Municipal de Santarém, à população do concelho e da cidade de Santarém”. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** levantando dúvidas em relação ao valor de redução das dívidas contabilizadas pelos serviços camarários em cerca de dois milhões de euros, dado existirem trabalhos realizados que ainda não estão facturados, faltando também saber qual o montante da dívida à banca. -----

--- Teceu algumas considerações sobre o controlo da qualidade da água das piscinas do Complexo Aquático Municipal, manifestando a sua preocupação relativamente aos níveis de cloro que tem causado alguns problemas de alergias aos utilizadores daquele equipamento desportivo. -----

--- Alertou novamente para o matagal existente no Vale dos Reis e concluiu, referindo que não está a ser cumprida a alínea bb), do artigo sessenta e oito, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, dado não ter recebido ainda qualquer acta das reuniões do Executivo Municipal.-----

--- Depois tomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** que começou por referir que no Relatório não se encontram medidas para modificar as situações existentes. As relações com as freguesia, na sua opinião, degradam-se e hoje é comum ouvirem-se os Presidentes de Junta lamentar as dificuldades de acesso ao Presidente e Vereação da Câmara

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

Municipal de Santarém, bem como da ausência de resposta aos ofícios que lhe são endereçados. -----

--- Alertou para o cheiro nauseabundo dos contentores do lixo da cidade revelando a falta de lavagem dos mesmos. -----

--- Referiu não vislumbrar qualquer iniciativa nova quanto ao desenvolvimento, dado não encontrar qualquer candidatura aos fundos comunitários para além daquelas que vêm do passado.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, chamando a atenção para o problema da estrada do Moseiro, a qual foi objecto de concurso público, em Novembro de dois mil e um, solicitando ao senhor Presidente da Assembleia, se digne confirmar o que acabou de referir. -----

--- Manifestou veementemente o seu protesto pela forma como este assunto tem sido tratado, sobretudo nos últimos nove meses, pelo actual Executivo Municipal.-----

--- Prosseguiu, salientando que o processo inerente ao arranjo desta via desapareceu dos serviços de contabilidade da Câmara, sugerindo que este assunto seja abordado em próxima reunião de Câmara e seja aberto inquérito de modo a resolver o problema existente de uma vez por todas. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** interveio, confirmando ter existido de facto um concurso para o arranjo da estrada do Moseiro, na data aludida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que se congratulou com o lançamento do concurso para a construção das passagens desniveladas.-----

--- Questionou se já existe alguma previsão para o início das obras da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanhões. -----

--- Alertou para a necessidade do arranjo do caminho municipal mil trezentos e cinquenta e um que liga a Portela das Padeiras à Quinta da Saúde que se encontra bastante danificado. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, perguntando para quando está prevista a conclusão do projecto de saneamento para a zona das Fontainhas. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, perguntando qual o critério que preside à elaboração da Informação Escrita uma vez existirem obras importantes que não vêm referidas na mesma. -----

--- Quis saber para quando a rectificação dos protocolos com as Juntas de Freguesia os quais são fundamentais ao funcionamento das respectivas Juntas. -----

--- Concluiu, salientando a ausência de referência a diversas actividades culturais na presente Informação Escrita, assim como outras obras como, por exemplo, a recuperação da Escola do Primeiro Ciclo do Sobral, na Freguesia de S. Vicente do Paúl. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo-se às obras em fase de execução nos arruamentos do centro histórico, sugerindo que aquando da realização das mesmas no Largo do Seminário e Rua Serpa Pinto, não seja esquecido o Largo Padre Chiquito. -----

--- Seguidamente, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que os protocolos com as Associações de Bombeiros Voluntários foram actualizados de acordo com a taxa de inflação. -----

--- Em relação ao acesso ao Bairro Suíço disse estar prevista para breve uma intervenção naquele local. -----

--- Quanto ao arranjo da Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco - quatro, informou ter sido objecto de candidatura ao Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo a qual foi rejeitada em virtude da mesma já ter beneficiado daquele apoio financeiro aquando da sua desclassificação. Neste momento, a obra ainda não avançou por não

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

estarem garantidas as condições de financiamento para a efectivação da mesma, acrescentou.-----

--- Salientou que o Complexo Aquático Municipal será inaugurado quando os arranjos exteriores estiverem concluídos.-----~

--- Relativamente ao arranjo da estrada do Moseiro, referiu que a sua concretização está em fase de ultimateção.-----

--- No tocante aos protocolos disse ser sua intenção apresentar, na próxima reunião de Câmara, uma proposta de protocolo devidamente enquadrada face à nova legislação em vigor.-----

--- Concluiu, referindo não ser difícil enquadrar o arranjo do Largo Padre Chiquito nas obras de reabilitação da Rua Serpa Pinto e Largo do Seminário.-----

--- Depois retomou a palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, para referir não ter sido esclarecido em relação às questões colocadas.-----

--- De imediato o senhor **Vereador Manuel Afonso** esclareceu, em relação ao Bairro Suíço, estarem reunidas condições para a pavimentação dos seus arruamentos.-----

--- Terminadas as intervenções deste Ponto, o qual não carece de qualquer votação, prosseguiu-se com o **PONTO DOIS – CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezasseis de Setembro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da Proposta de Contribuição Autárquica, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Helder Pombo** tecendo algumas considerações em relação à Contribuição Autárquica, criticando a intenção do Executivo Municipal de aumentar a referida taxa em cerca de vinte por cento, fazendo com que os jovens pagassem a má

gestão socialista na Câmara Municipal de Santarém. -----
--- Felizmente existe uma oposição responsável que impediu esse aumento, concluiu.----
--- A seguir, o senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, interveio referindo que a maioria dos municípios capitais de distrito praticam uma taxa superior a um por cento, lembrando, relativamente aos jovens que foi o governo do PSD que acabou com os juros bonificados para a habitação, considerando que aquele partido deveria ser mais coerente em relação a esta matéria.-----
--- Seguidamente, usou da palavra a senhora **Mónica Mendonça** sublinhando as palavras do anterior orador, lembrando que os jovens beneficiam da isenção da contribuição autárquica por um período de dez anos.-----
--- Salientou que, no seu entender, não são com políticas como retirando o crédito bonificado e aumentando o IVA em dois pontos percentuais que se ajudam os jovens. ---
--- Retomou, a seguir, a palavra o senhor **Helder Pombo** considerando que caso o PS não tivesse gerido tão mal os dinheiros públicos talvez não tivesse havido necessidade de acabar com o crédito bonificado. -----
--- Por último, interveio o senhor **Vítor Varajão** referindo que o fim dos juros bonificados é a consequência da política desastrosa dos últimos anos para o nosso país --
--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Contribuição Autárquica para o ano de dois mil e três**, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----
--- **PONTO TRÊS – LANÇAMENTO DE DERRAMA NO ANO DE DOIS MIL E TRÊS**. -----
--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezasseis de Setembro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da **Proposta de Lançamento de Derrama de dez por cento sobre o IRC no ano de dois mil e três**, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerando que a aplicação da Derrama deveria vir justificada como um fim bem definido a que se destina.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Lançamento de Derrama no ano de dois mil e três**, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, dezasseis votos contra e uma abstenção.-----

--- Foi efectuada pelo senhor **Jorge Costa Rosa** a seguinte Declaração de Voto:-----

“O PSD defende que se deveria atrair empresas que se fixassem no concelho de modo a criar mais e melhores empregos. -----

--- Manter a derrama nos dez pontos percentuais nenhuma entidade empregadora verá o concelho de Santarém atractivo para aqui se instalar e consequentemente criar emprego até porque existem concelhos em que a derrama está mais baixa. Daí o nosso voto contra”. -----

--- **PONTO QUATRO – VENDA EM PROPRIEDADE PLENA DE LOTE NA ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE SANTARÉM.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e seis de Agosto, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da **Venda em Propriedade Plena de Lote na Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém**, nos termos da alínea i), do número dois, do

artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** referindo que a CDU considera necessário o desenvolvimento económico do concelho de Santarém, todavia na proposta em apreço não se vislumbra esse objectivo, apenas se conseguindo descortinar uma mera operação imobiliária.-----

--- Questionou sobre o tipo de comércio que ali se pretende instalar, salientando que o Executivo Municipal está mais preocupado com o encaixe financeiro do que propriamente no desenvolvimento económico de Santarém.-----

--- Por estes motivos a CDU iria votar contra esta proposta, acrescentou.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** discordando que se veja este negócio como uma mera especulação imobiliária.-----

--- Disse que a única questão que lhe merece algum reparo é o facto da proposta contemplar a hipótese de se construírem dezoito unidades comerciais.-----

--- Salientou que a Câmara Municipal de Santarém deveria equacionar a revisão do Regulamento de Lotes Industriais o qual está bastante desactualizado face aos dias de hoje.-----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, perguntando porque razão a Câmara Municipal de Santarém não exerceu o direito de reversão do terreno aquando da falência da Sadia.-----

--- Retomou, depois, a palavra o senhor **José Luís Cabrita** referindo que a intervenção do senhor Leonel Martinho do Rosário vem reforçar, de certa forma, as preocupações levantadas pela CDU, relativamente às dezoito parcelas de terreno.-----

--- A seguir, interveio novamente o senhor **Leonel Martinho do Rosário** para esclarecer que se limitou a ler o que está escrito em acta, sublinhando ter sido a Câmara Municipal de Santarém que aprovou a instalação dessas dezoito unidades.-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o valor atribuído ao lote em causa foi aquele que já tinha sido dado pelo anterior Executivo Municipal, salientando que a Câmara Municipal de Santarém poderia ter poupado dinheiro não trazendo este assunto à Assembleia Municipal.-----

--- Referiu que a instalação destes armazéns, naquela zona, irão contribuir para a animação daquele espaço do ponto de vista da actividade económica.-----

--- Destacou que a Câmara Municipal de Santarém terá de decidir sobre o alargamento de espaços industriais de forma a poder responder àquilo que é a procura natural da fixação de novas empresas.-----

--- Concluiu, salientando que caso a presente proposta não seja aprovada poderá por em risco a animação do referido local, bem como o consequente encaixe financeiro pela venda do respectivo lote em propriedade plena.-----

--- Depois, interveio novamente o senhor **José Luís Cabrita** referindo que não vê onde a Câmara Municipal de Santarém poderia ter poupado dinheiro ao não trazer este assunto à Assembleia, antes pelo contrário, teria de vender o lote a um preço mais baixo fazendo um menor encaixe financeiro.-----

--- Seguidamente, retomou a palavra o senhor **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, solicitando esclarecimentos em relação à reconversão do lote.-----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que caso a proposta de dez euros por metro quadrado apresentada à Câmara Municipal de Santarém tivesse sido aceite, obviamente que o encaixe financeiro seria em função desse valor, razão pela qual competia apenas ao Executivo Municipal deliberar sobre essa matéria.-----

--- Quanto ao direito de preferência, informou que a Câmara Municipal não exerceu esse direito por não ter reunido condições financeiras para o efeito aquando dessa oportunidade.-----

--- Por último, foi dada a palavra ao senhor **Carlos Catalão** salientando não

compreender a posição da bancada do PSD, a não ser que sirva de obstáculo ao desenvolvimento económico do concelho de Santarém, referiu. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Venda em Propriedade Plena de Lote na Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **reprovada por maioria**, com trinta e dois votos contra, vinte e dois votos a favor e zero abstenções. -----

PONTO CINCO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO ALVIELA. -----

--- Pelos líderes dos partidos políticos e pelo independente, foi apresentada a seguinte Proposta:-----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém aprovou por maioria, com uma abstenção, no dia vinte e dois de Fevereiro do ano de dois mil e dois, uma Moção apresentada pelo senhor Helder Pombo, relativa à constituição da Comissão do Alviela”. -----

--- O texto aprovado nessa data, definia que a Comissão era composta por um elemento de cada força política com assento na Assembleia Municipal. -----

--- Por lapso, na redacção da Moção então apresentada, não se fez qualquer referência às Freguesias por onde corre o Rio Alviela. -----

--- Propõe-se assim, à Assembleia Municipal de Santarém a seguinte alteração: -----

--- A Comissão do Alviela será constituída por um elemento de cada força política e, pelos Presidentes das Juntas de Freguesia por onde corre o Rio Alviela”.-----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- O senhor **Presidente da Assembleia**, em face da importância do assunto, propôs ao Plenário que fosse votado um Voto de Congratulação por Timor, da autoria do senhor Carlos Catalão, tendo a Assembleia, por unanimidade, concordado: -----

--- **Voto de Congratulação:**-----

--- “Hoje Timor-Leste foi admitido, por unanimidade, como centésimo nonagésimo primeiro membro das Nações Unidas.-----

--- A resolução que recomendava a entrada na ONU foi aprovada por aclamação.-----

--- Este facto é o corolário da tenacidade e sacrifício do Povo de Timor, mas também o triunfo da paz sobre a guerra e da tolerância sobre o terror.-----

--- O voto venceu, as armas tiveram de se vergar aos desígnios de um Povo que teve a coragem de desafiar a potência regional, a Indonésia durante décadas. -----

--- Quando a loucura dos homens campeia, no Médio Oriente, em África, na América Latina e tantos outros sítios, lembro as palavras do Presidente Xanana Gusmão:-----

--- “É mais uma lição a dar ao Mundo, de como as potências colonizadoras, os países em conflito, se podem juntar numa missão honrosa de olhar a Paz, para a harmonia e a tolerância entre os povos”.-----

--- Propomos pois que a Assembleia Municipal de Santarém aprove um voto de congratulação e de parabéns ao Povo de Timor-Leste por este dia histórico”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o Voto de Congratulação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três e Cinco**, tendo sido aprovados por unanimidade, nestas condições para que possam produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram uma hora do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos.-----

--- Aos onze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dois, pelas vinte e duas horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, para continuação dos Trabalhos iniciados em vinte e sete de Setembro último. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Eurico Mateus Guerra Saramago, Pedro Nuno Pimenta Braz, Albertino Filipe Pisca Eugénio, Carlos Manuel Luís Catalão, Carla Andreia Costa dos Santos, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, José António Pisco Borrego, Vítor Manuel de Sousa Varajão, José Luís Marques Ferreira da Cruz, Jorge Manuel Assunção Ferreira da Costa Rosa, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Luís Alberto Ferreira Leitão, Maria dos Anjos Santos Neves Patusco, Celso Ricardo Pimenta Brás, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Manuel Albino da Conceição Rosa, Vicente Carlos Flor Batalha, José Manuel Gaspar, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves, Sónia Patrícia Alves Pires Vieira.-----

--- Presidentes de Junta:-----

--- Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Ferreira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Fernando Manuel Tomé da Silva, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Luís Maria Severino Arrais, Sebastião Morgado Ribeiro, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

Manuel Barreiros Mateiro, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha.-----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- Vasco Navarro da Graça Moura, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, José Ilídio da Fonseca Freire e Rosa Maria Gomes da Silva Lavrador.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, saudando o senhor **Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves** e a senhora **Sónia Patrícia Alves Pires Vieira**, presentes nesta reunião em substituição, respectivamente, dos senhores José Luís Marques Cabrita e João Luís Madeira Lopes, respectivamente, ambos da bancada da CDU, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Setembro e, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de Antes da Ordem do Dia.-----

--- Deu ainda conhecimento do teor do ofício da senhora deputada Luísa Mesquita manifestando a sua disponibilidade para apresentar na Assembleia da República, quando da discussão do Orçamento de Estado, as propostas que sejam consideradas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das populações.-----

--- Seguidamente deu-se início à continuação do **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO SEIS - DIFERENTES PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES POSTERIORMENTE ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

--- PROPOSTAS “AMBIENTE – AGENDA XXI LOCAL”. -----

--- Pelos senhores **Carlos Catalão** e **Francisco Madeira Lopes**, das bancadas do PS e da CDU, respectivamente, foram presentes duas propostas que ficam anexas à presente acta dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Foi dada a palavra, em primeiro lugar, ao senhor **Francisco Madeira Lopes** que louvou a iniciativa do senhor Carlos Catalão a qual deu origem a este debate de grande importância. -----

--- Explicou a razão que levou a CDU a apresentar a sua proposta, destacando que o documento oriundo do senhor Carlos Catalão deveria merecer o consenso de todas as forças políticas com assento nesta Assembleia, o que de facto não veio a acontecer, o que lamentou. -----

--- Salientou que a proposta da CDU complementa e suprime algumas lacunas da apresentada pelo senhor Carlos Catalão. -----

--- Proseguiu prestando mais alguns esclarecimentos em relação à sua proposta, destacando que a mesma, no ponto dois, propõe a criação de uma Comissão de Ambiente, assim como, no ponto três, faz uma recomendação à Câmara Municipal. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Carlos Catalão** lembrando que a proposta foi retirada da agenda da sessão ordinária de Junho desta Assembleia, de modo a reunir novos contributos das diversas forças políticas. -----

--- Salientou terem sido introduzidas na sua proposta algumas das sugestões do documento inicialmente apresentado pelo senhor Francisco Madeira Lopes, lamentando não ter sido possível, por razões técnicas, apresentar um único documento. -----

--- Destacou a importância de se aprovar este documento o qual recomenda a criação de uma Comissão de Ambiente que será acompanhada pela Câmara Municipal de forma a que, em conjunto, se possa lançar um fórum ambiental. -----

--- Salientou que gostaria de ter visto algumas sugestões do PSD, estando certo que esta força política o não deixará de fazer no âmbito da Comissão de Ambiente. -----

ACTA N.º. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- Depois, usou da palavra o senhor **Albertino Pisca Eugénio** manifestando-se sensibilizado pela apresentação dos dois documentos, considerando que eles se integram um no outro.-----

--- Sublinhou não ser fácil levar estas ideias em diante, tendo em conta o capitalismo desenfreado que o mundo está a levar. -----

--- Referiu a necessidade de se estabelecer uma pedagogia a começar pelas escolas e população em geral, salientando haver muito trabalho a fazer em matéria ambiental ao nível do nosso concelho e concluiu, enaltecendo os autores das referidas propostas. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo que o Partido Socialista se congratula com o aparecimento das propostas apresentadas pelo PS e pela CDU no tocante à questão ambiental. -----

--- Salientou que as propostas visam uma tarefa de um enorme alcance universal, realçando que, em seu entender, aprovar uma proposta desta natureza tem de ser um acto de consciência e de paixão, sublinhando a necessidade de ser elaborado um documento único que certamente colherá a unanimidade de todas as forças políticas.-----

--- Solicitou, depois, a palavra o senhor **Helder Pombo** que começou por referir que as questões ambientais sempre foram uma preocupação do PPD/PSD.-----

--- Lamentou não ter havido consenso com vista à aprovação de uma única proposta, salientando que o seu partido está de acordo com o fórum ambiental proposto, bem como com a criação de uma Comissão de Ambiente. -----

--- Referiu que o PSD está disponível para participar quer no fórum quer na Comissão de Ambiente, destacando que, na sua opinião, as questões ambientais são algo suprapartidário. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** tendo em atenção o conteúdo das intervenções havidas, perguntou aos proponentes se pretendiam fundir as duas propostas de modo a ser votado um único documento. -----

--- Intervieram novamente os senhores **Carlos Catalão** e **Francisco Madeira Lopes** para prestarem breves esclarecimentos, referindo que mantêm ambas as propostas dado que as suas diferenças são apenas questões técnicas.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta da autoria do senhor **Carlos Catalão**, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e seis votos a favor zero votos contra e seis abstenções.-----

--- De seguida, submeteu a votação a proposta da autoria do senhor **Francisco Madeira Lopes**, tendo sido **aprovada por maioria**, com cinquenta e um votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.-----

--- **RECOMENDAÇÃO “REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS”.**

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi presente a seguinte Recomendação:-----

--- “O Município de Santarém não dispõe de um Regulamento de Distinções Honoríficas, à excepção da Medalha de Ouro da Cidade, a sua mais alta condecoração.-----

--- Um instrumento deste tipo, à semelhança do que existe em muitos dos municípios, pode retirar parte da carga subjectiva e discricionária de algumas distinções, e poderá transformar-se num significativo regulador da sua atribuição, nas mais variadas áreas de vida municipal, incluindo-se como um contributo auxiliar de um projecto integral e integrado de educação para a cidadania.-----

--- Apontar como estímulos à comunidade municipal e envolventes o exemplo de acções e vidas é reconhecer e agradecer, sentimentos que ajudam a definir a natureza e condição humanas e seus colectivos, e simultaneamente apontar contornos de caminhos para o futuro mais harmonioso, habitável e desenvolvido da comunidade do concelho de Santarém.-----

--- Dentro desse espírito e nesse sentido, a Assembleia Municipal de Santarém recomenda à Câmara Municipal:-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

---Que elabore o Regulamento de Distinções Honoríficas para o Município, e o apresente, num prazo útil e equilibrado (seis meses) a votação final desta Assembleia”.--

---Interveio o senhor **Vicente Batalha** fazendo a apresentação da Recomendação, referindo que a mesma tem como objectivo corrigir uma lacuna existente, uma vez que o Município de Santarém não dispõe de um Regulamento de Distinções Honoríficas, à excepção do da Medalha de Ouro da Cidade que data de mil novecentos e cinquenta e seis.-----

---Manifestou a sua disponibilidade para melhorar a proposta e receber contributos para que ela possa ser o mais consensual e operacional possível, sublinhando a necessidade de se ter um Regulamento digno do Município de Santarém. -----

---Depois, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo que o Partido Socialista está totalmente de acordo com o conteúdo da Recomendação apresentada pelo senhor Vicente Batalha. -----

---Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Albertino Pisca Eugénio** que agradeceu o facto do senhor Vicente Batalha ter trazido este assunto à coacção. -----

---Referiu que o documento poderá ser trabalhado no sentido de se incluírem outras designações, como por exemplo a de cidadão honorário ou qualquer outra.-----

---Este documento é, no seu entender, um ponto de partida para que se elabore um documento final onde não existam quaisquer dúvidas para quem decide a atribuição destas distinções. -----

---Usou da palavra, a seguir, o senhor **Jorge Costa Rosa** referindo que a bancada do PSD se congratula pelo momento oportuno da apresentação desta Recomendação, salientando ser importante que a elaboração do Regulamento arranque de modo a se evitarem situações, como aquela que ocorreu recentemente, colocando em causa a dignidade das pessoas.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação, em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **RECOMENDAÇÃO “SANTARÉM E O EURO DOIS MIL E QUATRO”**.-----

--- Pelo senhor **Ricardo Martinho do Rosário** foi apresentada a seguinte Recomendação:-----

--- “Existem acontecimentos que geram oportunidades, as quais não podem nem devem ser desperdiçadas.-----

--- Assim e tendo em vista o mega acontecimento desportivo do “Euro dois mil e quatro”, apresenta-se como extremamente vital que a cidade de Santarém crie as condições necessárias para poder participar neste grande evento desportivo, económico e social. ---

--- É vital aproximar Santarém dos grandes acontecimentos, canalizar fundos para a melhoria dos equipamentos desportivos, dinamizar o comércio local, o turismo histórico e regional e a indústria.----- ~

--- **Proposta de Acção:**-----

--- Apresentar proposta junto da Secretaria de Estado do Desporto, Secretaria de Estado do Turismo, Ministério das Cidades, Ambiente e Ordenamento e Federação Portuguesa de Futebol, da disponibilidade da cidade de Santarém para poder “acolher” alguma das selecções participantes do “Euro dois mil e quatro”.-----

--- **Fundamentação:**-----

--- Apresenta-se, como muito importante o dotar a cidade de Santarém de novos equipamentos desportivos, readaptar os existentes às novas realidades e transformar espaços, presentemente com outras funções, para funções de carácter desportivo.-----

--- Santarém pode assim ganhar posição em termos futuros para novos acontecimentos e para eventuais possibilidades de receber clubes estrangeiros para realizarem treinos de preparação de época, com benefícios óbvios em termos da entrada de fluxos financeiros.

--- **Meios a Utilizar/Captar:**-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- Sugere-se que sejam aproveitadas as potencialidades do CNEMA, nomeadamente uma readaptação e transformação das suas instalações para funções desportivas. As naves actualmente destinadas a exposições seriam adaptadas de molde a receber uma parte destinada a ginásio (musculação e recuperação) e uma outra parte a campo de futebol coberto. -----

--- As zonas das bancadas, nomeadamente ao nível das partes interiores, poderiam ser adaptadas para receber balneários condignos de uma competição deste tipo. Os terrenos que presentemente são utilizados para práticas de hipismo e horseball, poderiam ser novos campos de futebol relvados para criar flexibilidade de treino e evitar o uso intensivo e exclusivo do campo principal. -----

--- Para além do anteriormente referido, a Câmara Municipal de Santarém com a sua capacidade realizadora terá de fazer diligências ao mais alto nível junto das entidades responsáveis e decisoras envolvidas neste tipo de acontecimentos, para mostrar o interesse da cidade em participar activamente bem como mobilizar o sector empresarial local e toda a população de Santarém para se manifestar no sentido de receber tão importante acontecimento”.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Ricardo Martinho do Rosário** que fez a apresentação da Recomendação, considerando que Santarém poderá vir a ter com o “Euro dois mil e quatro” um papel importante canalizando investimento para a nossa região.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, saudando a iniciativa do senhor Ricardo Martinho do Rosário. -----

--- Contudo a estratégia, no seu entender, não poderá passar pela oferta de equipamentos com que os novos estádios estão devidamente apetrechados, assim como também não se pode oferecer alojamentos de alta qualidades isolados dado que Santarém não os possui.

--- Sugeriu que o proponente procurasse oferecer algo de diferente de forma a poder vencer outras eventuais candidaturas. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** felicitando o proponente da Recomendação pela iniciativa. Todavia colocou algumas reservas quanto ao sucesso deste evento tendo em conta a actual situação económica do País. -----

--- Concluiu, levantando algumas dúvidas relativamente à capacidade da Câmara realizar as obras pretendidas na presente Recomendação. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Vítor Varajão** perguntando se a elaboração desta Recomendação teve algum acompanhamento por parte do técnico de desporto da Autarquia do anterior mandato. -----

--- De seguida, interveio o senhor **António Manuel Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, referindo que a bancada da CDU teria todo o prazer em votar favoravelmente esta Recomendação caso a mesma tivesse alguma exequibilidade. -----

--- Interveio, novamente, o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** esclarecendo que desconhecia ter havido um técnico na área do desporto a tratar desta matéria no mandato anterior. -----

--- Salientou que seria útil conhecer quais são as sugestões de modo a se conseguir o objectivo da Recomendação. -----

--- Retomou, a seguir, a palavra o senhor **Vítor Varajão** sugerindo que o proponente averiguasse se de facto foi efectuado algum trabalho em relação a esta matéria. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu ter havido, no mandato anterior, um secretário da vereadora do pelouro do desporto, a meio tempo, que trabalhou para esta autarquia como se estivesse a tempo inteiro. -----

--- Salientou ser uma pessoa que tem prestígio e crédito, chama-se Rui Manhoso, e colaborou na realização de diversos projectos na área do desporto, como por exemplo a nave desportiva. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a Recomendação a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, dez votos contra e oito abstenções. -----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- RECOMENDAÇÃO “ARRANJO DAS ESTRADAS NO CAMPO DO ROSSIO”.

--- Pelo senhor **Aires Lopes** foi apresentada a seguinte Recomendação: -----

--- “Esta é uma pretensão dos proprietários e produtores agrícolas daquela zona, a qual já dura há décadas ou até talvez, há séculos. -----

--- O Campo do Rossio situa-se entre a Ribeira de Santarém, Alcanhões e Vale de Figueira. -----

--- No referido campo, por ano, circulam milhares de toneladas de produtos para a agricultura, milhares de trabalhadores, centenas de viaturas e tractores. Saem de lá milhares de toneladas de produtos agrícolas, com maior incidência nas uvas para vinho, tomate, beterraba, melão, brócolos, etc. -----

--- Sendo este um dos campos mais férteis de Portugal ou talvez até da Europa, não se entende o estado miserável das estradas de acesso e escoamento dos produtos, as quais se encontram exactamente como estavam no princípio do século passado, segundo informação das pessoas mais idosas. -----

--- Quero salientar que estamos no século XXI e fazemos parte da União Europeia, e que o progresso e o desenvolvimento só se conseguem com boas vias de comunicação. Não nos podemos atrasar mais relativamente aos nossos parceiros europeus e muito especialmente na actividade agrícola que está, como diz o povo, pelas ruas da amargura.

--- Tenho também a dizer que só em impostos todos os proprietários e utilizadores daquela área pagam largos milhões de euros, pelo que dados os factores apresentados se justifica plenamente o arranjo das referidas estradas, as quais estão assinaladas nas Cartas Topográficas que se juntam a esta Recomendação. -----

--- Esta Recomendação vai no sentido de que, no mais curto espaço de tempo, seja equacionado e resolvido este problema. -----

--- Sugere-se pois que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém ou alguém por si mandatado se desloque ao local para uma avaliação cabal da situação”. -----

--- Interveio o senhor **Aires Lopes** referindo ter pouco a acrescentar àquilo que está contido na Recomendação. -----

--- Salientou que a proposta traduz uma reivindicação dos agricultores que perdura há muitos anos, destacando os transtornos causados ao utentes das estradas do Rossio. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **António Manuel Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, considerando ser a questão das estradas do Rossio um problema muito sério em virtude das mesmas se encontrarem quase intransitáveis. -----

--- Referiu que deveria haver uma intervenção periódica nas referidas estradas de modo a permitir um melhor escoamento dos produtos agrícolas. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Carlos Catalão** manifestando a sua concordância relativamente à proposta apresentada, sugerindo que as Juntas de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém e de Alcanhões, tendo em conta as dificuldades financeiras da Autarquia, se candidatassem ao Programa de Caminhos Rurais o qual poderia resolver este problema mais facilmente.-----

--- Retomou a palavra o senhor **António Manuel Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, esclarecendo que a maioria destas estradas não são da responsabilidade da freguesia de Alcanhões, destacando que também as Juntas de Freguesia não dispõem de fundos para a elaboração dos projectos para se candidatarem aos diversos programas de apoio financeiro.-----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que se congratulou com a proposta apresentada, referindo ser um assunto que preocupa a sua Junta Freguesia.-----

--- Sublinhou a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões em relação aos fundos para poderem elaborar os projectos de candidatura.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** alertando para o desgaste provocado nas viaturas, bem como para a lentidão no transporte, quer das pessoas, quer

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

dos produtos agrícolas, proveniente do mau estado de conservação dos referidos caminhos, chamando a atenção para os dois últimos parágrafos da Recomendação. -----

--- Por último, usou da palavra o senhor **Aires Lopes** agradecendo as intervenções havidas, sugerindo ao Executivo Municipal a realização de uma visita ao local. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PROPOSTA – “QUE REGIONALIZAÇÃO???”**. -----

--- Pelo senhor **Carlos Catalão** foi apresentada a seguinte proposta: -----

--- “O Partido Socialista apresentou ao País a sua proposta de Regionalização, lançando um amplo debate sobre o tema e que culminou, com o referendo com os resultados conhecidos, com grande influência dos partidos agora no Governo. -----

--- Agora PSD e CDS-PP aproveitam as férias da larga maioria dos portugueses para à socapa retalhar o distrito de Santarém praticando uma política do facto consumado conforme vem sendo hábito, faz-se a lei e depois logo se verá (veja-se o caso da RTP, e do novo aeroporto internacional da OTA). -----

--- Assim o Governo propõe duas medidas distintas: -----

--- Um – a reorganização das actuais NUTS ou sejam as Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, divisões utilizadas pela União Europeia e que actualmente correspondem no Continente às CCR Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. -----

--- Estas NUTS servem de referência para a distribuição dos fundos comunitários, tendo a Região de Lisboa e Vale do Tejo saído em mil novecentos e noventa e nove do chamado “Objectivo um” a que pertencem as zonas mais desfavorecidas da União Europeia, logo com direito a mais fundos comunitários, dado que ultrapassou o valor de referência europeu (setenta e cinco por cento do PIB da média comunitária). -----

--- Este facto vem prejudicar a zona do Ribatejo que não pode ser comparado com a zona da Área Metropolitana de Lisboa ou mesmo da Península de Setúbal em termos

estatísticos, comprometendo o acesso aos fundos comunitários e bem como uma série de investimentos fundamentais ao desenvolvimento da região.-----

--- Dois – A criação das Grandes Áreas Urbanas (GAM) e Comunidades Urbanas (COMURB), obviamente as GAM restringem-se às actuais Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto visto que terão que ter pelo menos trezentos e cinquenta mil habitantes. --

--- Já as COMURB podem ser construídas por três ou mais municípios e que tenham pelo menos cento e cinquenta mil habitantes.-----

--- Na nossa região foi desde já assumido que as Associações de Municípios do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo pretendem formar duas Comunidades Urbanas.-----

--- Tendo vantagens financeiras potenciais (a partir de dois mil e sete) relevantes este reordenamento territorial, coloca-se a grande questão, a Regionalização tal como foi proposta para discussão pelo Partido Socialista, teria resolvido este problema com a vantagem de serem asseguradas soluções de ordenamento, ambiente, recursos e desenvolvimento económico, esbatendo as assimetrias gritantes que existem e tendem a ampliar-se.-----

--- Com o Governo do Partido Socialista a Região de Lisboa e Vale do Tejo conseguiu através de programas específicos, como por exemplo o VALTEJO, um notável crescimento sem paralelo, com a Lezíria do Tejo a ser a sub-região com maior crescimento absoluto e o Médio Tejo a terceira.-----

--- Não será alheio o facto de que os municípios que integram as Associações de Municípios do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, tenham sido geridos por prestigiados autarcas do Partido Socialista.-----

--- Tem o Ribatejo excelentes vias de comunicação do litoral ao interior, do norte ao sul, a proximidade do novo aeroporto internacional, notáveis empresários e investidores, instituições, agentes de ensino e da cultura.-----

--- Consideramos pois que o Ribatejo está em condições de, preservando os seus valores culturais, as suas especificidades e tradições, para se assumir no respeito pela composição

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

do território, das funções estruturantes, agregadoras e dinamizadoras da bacia do Tejo, da nova rede de acessibilidades e dos pólos de desenvolvimento projectados em torno das cidades médias da região, como eixo estruturador de uma nova Unidade Territorial (NUT II) que tenha o Vale do Tejo como seu aglutinador essencial. -----

--- Seria pois o tempo certo para, agora, que outros países com Alemanha e França procedem a adaptações semelhantes, de modo a poderem negociar futuros Quadros Comunitários, reequacionar a estrutura global das NUTS e, nesse quadro, promover a criação de uma NUT agregadora da coerência territorial, demográfica económica-social, cultural e ambiental do Vale do Tejo”. -----

--- Interveio o senhor **Carlos Catalão** referindo que o documento em causa vem na sequência das propostas apresentadas pelo Governo aos presidentes das câmaras do distrito, as quais, em sua opinião, vêm retalhar o distrito de Santarém. -----

--- Referiu que o PS apresentou um projecto equilibrado que resolveria todas estas problemáticas. -----

--- Prosseguiu, tecendo mais algumas considerações, salientando existirem outras soluções que deveriam ser equacionadas e discutidas e não a apresentação de políticas de factos consumados. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Vítor Alves** perguntando quais o objectivo e finalidade da proposta apresentada. -----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Pedro Pimenta Braz** subscrevendo a proposta apresentada. -----

--- Referiu ter sido contra o projecto de Regionalização proposto pelo PS porque, no seu entender, entre outras razões, iria trazer poucas vantagens para as populações, salientando que um processo deste tipo necessita de uma prévia desconcentração administrativa e isso não tem acontecido. -----

--- Concluiu, manifestando a sua discordância relativamente à criação das Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). -----

--- Interveio, depois, o senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, criticando os sucessivos ataques ao Governo do PSD.-----

--- Em relação à Regionalização, lembrou que o resultado do referendo foi a vontade manifestada pelos eleitores portugueses.-----

--- Salientou que o Governo do PSD, em seis meses, fez mais do que o do PS em seis anos de governação. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Jorge Costa Rosa** considerando que quem apresenta este tipo de propostas deve estar aberto ao diálogo de modo a que possam ser introduzidas novas ideias a fim de as otimizar.-----

--- Salientou que o conteúdo da proposta não visa obter o consenso de todas as forças políticas, nomeadamente do PSD e do CDS-PP.-----

--- Destacou que o PSD implementou uma medida que muito irá beneficiar o concelho e a região, a qual foi aplaudida por todos os autarcas do distrito, considerando que o PS deveria definitivamente abandonar a ideia da regionalização. -----

--- De seguida, usou da palavra o senhor **Vicente Batalha** referindo não ser a Regionalização que está em causa, salientando existir uma certa confusão entre as NUTS e a Regionalização. -----

--- Considerou ser fundamental não confundir que o PSD fez uma proposta institucional que os Presidentes de Câmaras aplaudiram porque estava em causa “tostões”, mas que, no seu entender, não resolve a questão de fundo com que os autarcas se confrontam. Aquilo que se pretende são organismos com poder decisório. -----

--- Referiu que a regionalização continua a ser um imperativo constitucional até que seja retirada da Constituição da República Portuguesa. -----

--- Acrescentou que seria importante clarificar os objectivos da proposta a qual, na sua opinião, é uma reacção retardada do PS que tenta justificar aquilo que é injustificável.---

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** considerou ser muito delicado afirmar-se que o PSD em seis meses terá feito muito mais do que o anterior Governo em seis anos. -----

--- Lembrou que a Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste que era uma pedra de toque na luta política de vários partidos no distrito de Santarém foi conseguida durante o “consulado” de António Guterres. -----

--- Acrescentou ter sido nos anos oitenta que o Governo do PSD trouxe à estacada pelo então Primeiro Ministro Professor Cavaco Silva como imperativo nacional a Regionalização.-----

--- Salientou que os autarcas, em última análise, aquilo que pretendem é sobretudo resolver com a maior eficácia os problemas com que se deparam através da melhor afectação dos recursos existentes, concluiu.-----

--- Por último, interveio o senhor **Carlos Catalão** esclarecendo que a sua proposta tem como único objectivo provocar o debate. -----

--- Salientou que a mesma não foi concebida com o intuito de ser votada dado que esta Assembleia não pode vincular o Governo em relação às recomendações que aqui são votadas e aprovadas. -----

--- Após alguma troca de impressões foi deliberado, por unanimidade, retirar o documento para posterior agendamento com novos contributos de todas as forças políticas. -----

--- Solicitou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que começou por lembrar ter sido nos tempos do Governo de Cavaco Silva que foram criadas cinco CCRs, sem qualquer discussão pública, referindo que não foi por esse facto que o Ribatejo ganhou ou perdeu notoriedade. -----

--- Considerou que as medidas agora apresentadas pelo Governo são um mal menor, salientando que há muito que se defende a saída do Vale do Tejo da Região de Lisboa. --

--- Acrescentou que Santarém, neste momento, já se está a sofrer as consequências dessa ligação a Lisboa, referindo que o Orçamento de Estado para dois mil e três demonstra aquilo que poderá vir a ser o futuro desta Região.-----

--- Realçou a importância deste debate, manifestando o seu agrado pela intervenção do senhor deputado Jorge Costa Rosa na defesa do Ribatejo, ficando convencido que o próprio PSD viabilizará propostas, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, para apresentar à Administração Central no sentido de reivindicar mais investimentos para Santarém.-----

--- Concluiu, desenhando um cenário negro, relativamente às verbas para a região de Santarém, salientando que, quer o Centro de Saúde de Santarém quer a Extensão de Saúde de São Nicolau, entre outras, não de encontram inscritas em PIDDAC, para dois mil e três.-----

--- **PONTO SETE – DIFERENTES “PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” POSTERIORMENTE ENTREGUES NA MESA E ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.**-----

--- **RECOMENDAÇÃO – “CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NOS RECINTOS DESPORTIVOS”.**-----

--- Pela senhora **Mónica Mendonça** foi apresentada a seguinte Recomendação:-----

--- “Tendo em conta os bastantes acidentes ocorridos em parques desportivos nos últimos tempos, que devido às más condições de instalação e manutenção de equipamentos, nomeadamente de balizas insuficientemente fixas, e que têm provocado acidentes graves e fatais, **recomenda esta Assembleia Municipal o seguinte:**-----

--- **Um** – Proceder a uma inventariação detalhada das condições de segurança e higiene de todos os parques desportivos e de lazer no concelho de Santarém que são da sua exclusiva responsabilidade;-----

--- **Dois** – solicitar informação sobre as condições de segurança e higiene a todas as entidades que no concelho de Santarém sejam responsáveis por equipamentos similares;

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- **Três** – Intervir por ordem de perigosidade em todos os equipamentos que não cumpram as normas estabelecidas e que possam por em causa a integridade física daqueles que deles usufruem;-----

--- **Quatro** – Solicitar às entidades responsáveis pelos restantes equipamentos que informem a Câmara Municipal do seu plano de intervenção para repor a segurança em todos os recintos desportivos e de lazer do concelho de Santarém”. -----

--- Usou da palavra a senhora **Mónica Mendonça** referindo que a Recomendação vem no sentido da prevenção como forma de alertar a Câmara Municipal de Santarém para os inúmeros acidentes ocorridos em parques desportivos, que têm causado muitas vítimas. -

--- A seguir, interveio o senhor **Vicente Batalha** que se congratulou com a iniciativa apresentada, considerando ser uma matéria muito melindrosa na qual existem grandes disparidades em relação à legislação em vigor. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PROPOSTA “ESCOLA: ZONA AMBIENTE”**. -----

--- Pelo senhor **Carlos Catalão** foi apresentada a seguinte proposta: -----

--- “A participação de Portugal na Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável requer uma sensibilização dos nossos jovens para uma postura de cidadão europeu dentro de uma Europa sustentada por princípios de união e de solidariedade e, por isso, a escola constitui um bom canal para realizar uma campanha de formação. Contudo, são necessárias acções de (in)formação dirigidas à comunidade escolar para que possamos estar capacitados a responder aos novos desafios. -----

--- É dentro do espírito da “Educação para a Cidadania” que hoje preparamos o futuro, debatendo mudanças económico-financeiras, comerciais, sociais, culturais em todas as áreas da nossa sociedade, sensibilizando a sociedade em geral, numa acção concertada entre toda a comunidade escolar, para o reforço das condições que garantam iguais oportunidades em todas as esferas. -----

--- E porque é urgente consciencializar toda uma comunidade, os nossos jovens são, por excelência, aqueles que estão mais receptivos à inovação e, por conseguinte, os mediadores ideais para desmultiplicar a informação sobre a protecção do ambiente. -----

--- Desta forma a apresentação do presente projecto «Escola: Zona com Ambiente» insere-se num projecto multidisciplinar, abrangendo parcerias e áreas de intervenção relacionadas com o ambiente, assumindo uma perspectiva transdisciplinar cujo percurso orientador se centra nas seguintes finalidades:-----

--- a) Permitir a aquisição de uma consciência de cidadão europeu;-----

--- b) Sensibilizar a comunidade escolar para a protecção do ambiente;-----

--- c) Converter cada jovem num potencial transmissor de informação;-----

--- Este projecto germinou de uma realidade existente num planeta que tem de gerir os seus recursos naturais e a sua concepção subentende o faseamento de procedimentos a materializar num conjunto de acções consistentes que visam a informação/sensibilização da comunidade escolar”. -----

--- Interveio o senhor **Carlos Catalão** agradecendo a colaboração da Professora Henriqueta Carolo na elaboração deste documento que vem no seguimento da proposta da “Agenda XXI”.-----

--- Salientou a importância de começar a sensibilizar os jovens, sobretudo junto das Escolas, em relação às questões ambientais. -----

--- Depois, usou da palavra a senhora **Sónia Vieira** manifestando a sua satisfação pela proposta apresentada, todavia considerou a mesma pouco objectiva. -----

--- Referiu que a Escola tem como função fazer formação ao nível do ambiente porque esta matéria faz parte do programa do ensino básico.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e três abstenções. -----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- Pelo senhor **Mário Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Como é obvio não passaria pela cabeça de ninguém votar contra esta proposta. -----

--- Aproveito para chamar a atenção do amontoado de lixo junto dos contentores, na cidade, depois do encerramento do comércio”. -----

--- **RECOMENDAÇÃO – “ENSINO SUPERIOR”**-----

--- Pelo senhor **Carlos Catalão** foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Tendo Santarém uma população estudantil do Ensino Superior bastante elevada e que nos chega de diversas localidades do País, achamos muito importante que sejam criados laços afectivos e de solidariedade, entre a cidade e os novos alunos que todos os anos chegam para frequentar as diversas áreas de ensino que as escolas e institutos oferecem.

--- Assim propomos que em cada ano lectivo sejam efectuadas, entre outras possíveis, as seguintes iniciativas: -----

--- ► Recepção aos novos alunos do Ensino Superior com uma sessão solene junto à Câmara Municipal de Santarém. -----

--- ► Entrega ao alunos de uma pasta com elementos de referência da cidade. -----

--- ► Mapa da cidade. -----

--- ► Documentos sobre as actividades culturais. -----

--- ► Documentos sobre os monumentos de referência do concelho. -----

--- ► Agenda telefónica ribatejana. -----

--- ► Outros artigos de interesse para os alunos. -----

--- No final de cada ano lectivo deveria o Município promover uma cerimónia onde fosse atribuído um prémio ao melhor aluno do ensino superior e aos melhores alunos das várias escolas do concelho nos restantes níveis de ensino, como forma de distinguir e estimular a elevação do ensino. -----

--- Estas acções deverão ser coordenadas pela Câmara Municipal de Santarém, os Conselhos Directivos das Escolas e as Associações de Estudantes”. -----

--- Interveio o senhor **Carlos Catalão** referindo que Santarém possui uma população estudantil bastante elevada, contudo ainda não conseguiu fazer uma ligação a essa comunidade estudantil como acontece em Coimbra ou Évora de modo a fixar, na cidade, os jovens que aqui são formados. -----

--- A seguir, usou da palavra a senhora **Rosalina Melro** congratulando-se com a proposta apresentada, no entanto a CDU não concorda com a redacção final do documento, designadamente que seja a Câmara Municipal de Santarém a coordenar as acções a levar a efeito. -----

--- Depois, retomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** discordando da alteração proposta pela CDU, considerando que deve ser a Câmara a fazer o patrocínio destas actividades em virtude de ser o órgão máximo do concelho. -----

Interveio novamente a senhora **Rosalina Melro** referindo que, no entender da CDU, a recepção aos alunos não deve ser feita pela Câmara Municipal de Santarém, mas sim ter o apoio da autarquia. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Albertino Pisca Eugénio** que subscreveu a proposta da senhora Rosalina Melro. -----

--- Questionou como é que as acções se concretizam no terreno, bem como quem irá suportar esses custos. -----

--- O senhor **Carlos Catalão** interveio esclarecendo que estas acções têm custos muito reduzidos, devendo realizar-se parcerias com outras entidades de modo a obter patrocínios para estes eventos. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Nuno Castelbranco** considerando que a recepção aos caloiros não deve ser efectuada pela Câmara Municipal de Santarém dado a mesma já ser feita pelas Escolas do Ensino Superior e pelas Associações de Estudantes. -----

--- Levantou dúvidas em relação ao critério como será atribuído o prémio de melhor aluno e concluiu, lamentando que Santarém não possua ainda uma residência condigna para os estudantes. -----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- Interveio, depois, o senhor **Vítor Varajão** sublinhando a intervenção do anterior orador. -----

--- Manifestou a sua concordância com a sugestão apresentada pela CDU. -----

--- Salientou que a maioria dos alunos do ensino superior são de fora do concelho, sugerindo que a Câmara fizesse um esforço no sentido de melhor receber estes alunos. --

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte votos a favor, zero votos contra e doze abstenções. -----

--- **RECOMENDAÇÃO – “SENSIBILIZAÇÃO PARA UM MELHOR AMBIENTE”** -----

--- Pelo senhor **Ricardo Martinho do Rosário** foi apresentada a seguinte proposta: -----

--- “A preocupação relativa às questões ambientais é geral, unânime e consensual, mas será que as acções para um melhor ambiente são praticadas por todos?-----

--- São muitos os esforços desenvolvidos ao nível do Ministério do Ambiente e ao nível das Autarquias, mas é indispensável a ajuda no quotidiano de todos: cidadãos e empresas.

--- **Proposta de Acção:** -----

--- Reunir as empresas prestadoras de serviços na área das lavagens automáticas destinadas a automóveis, no sentido de haver uma maior responsabilização e cooperação em termos de protecção ambiental. -----

--- Assim, urge fazer mais e melhor, ou seja, procurar que o desperdício de água não aumente, mas sim, que se vá reduzindo para níveis sustentáveis, realistas e conscientemente aceitáveis.-----

--- Pretende-se assim, que as empresas que se dedicam a esta actividade realizem investimento “ambiental” através da construção de sistemas de tratamentos e reciclagem da água utilizada nas lavagens e não continuem a gastar água potável da rede pública como se não fosse um bem escasso. -----

--- O processo de implementação destes sistemas seria alvo de uma calendarização definida conjuntamente entre as empresas, a Câmara Municipal de Santarém e o Ministério do Ambiente. -----

--- Os projectos a apresentar podem ser alvo de ajudas ao abrigo de programas de apoio à defesa do ambiente e de apoio à sustentabilidade, bem como sugerir que parte das receitas provenientes das lavagens sejam afectas ao financiamento de sistemas de tratamento e reciclagem. -----

--- **Fundamentação:** -----

--- A utilização da água deve ser regulamentada, dando prioridade às necessidades que se apresentam como imperiosas em detrimento de utilizações de cariz insustentável a médio e longo prazo. Só assim poderemos liderar, estar na vanguarda da defesa ambiental e não ter uma posição defensiva onde todos pagamos por aquilo que só alguns utilizam e da qual poucos retiram dividendos. -----

--- **Meios a Utilizar / Captar:** -----

--- Os meios a utilizar seriam os departamentos técnicos da Câmara Municipal de Santarém, das empresas envolvidas e do Ministério das Cidades, Ordenamento e Ambiente. No âmbito desta preocupação ambiental seria oportuna a captação de financiamentos auxiliares à implementação efectiva desta recomendação”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** referindo que a proposta revela uma preocupação fundamental que tem a ver com a poupança da água, salientando ter algumas dúvidas quanto à forma como levar à prática estas intenções. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** esclarecendo que o objectivo da proposta é no sentido de começar a dar pequenos passos, pois também ele próprio tem dúvidas quanto à melhor forma de as levar à prática. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de Recomendação, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta votos a favor, zero votos contra e três abstenções.-----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

--- **VOTO DE PESAR.**-----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi presente o seguinte Voto de Pesar:-----

--- “Helena Vaz da Silva, conhecida personalidade da vida política e cultural portuguesa, faleceu a doze de Agosto de dois mil e dois. -----

--- Tive o privilégio de a conhecer pessoalmente, no Centro Nacional de Cultura, à Rua António Maria Cardoso. Ali, privámos quase diariamente durante algum tempo, pois o Teatro Experimental de Cascais (TEC), de que fazia parte, ficou a dever à sua disponibilidade e espírito de colaboração a cedência das instalações, para ali ensaiar até à conclusão das obras do seu novo teatro. Estávamos em mil novecentos e setenta e sete/mil novecentos e setenta e oito. Lembro o seu entusiasmo, espírito empreendedor e inovador.

--- A última vez que nos encontrámos foi no Porto, numa das suas iniciativas de muito mérito e actualidade, um Seminário sobre o Desenvolvimento das Cidades, em que participei como Vereador da Câmara Municipal de Santarém, e que constituiu um êxito, a soma de valiosos contributos e de novos olhares sobre as cidades, hoje. Conjuntamente com Graça Morgadinho e Hermínio Martinho, falámos sobre Santarém, cidade pela qual nutria conhecimentos e simpatia, a cuja Candidatura a Património Mundial da UNESCO dava o seu apoio. Estávamos em dois mil e um. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém reconhece o mérito da intervenção de Helena Vaz da Silva, lamenta o seu desaparecimento prematuro, e associa-se ao pesar dos seus familiares, amigos, admiradores e opinião pública, fazendo notar ainda que Helena Vaz da Silva descende de uma ilustre família de Santarém, a família Costa de Macedo”. -----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** para prestar breves esclarecimentos, pedindo desculpa pelo facto deste Voto de Pesar estar demasiadamente personalizado. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o Voto de Pesar acima transcrito, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

--- **DOCUMENTOS DIVERSOS – Da autoria do senhor Albertino Filipe Pisca Eugénio.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Albertino Pisca Eugénio** lamentando a ausência de respostas, bem como os esclarecimentos incompletos, por parte da Câmara Municipal de Santarém, em relação aos seus pedidos de informações formulados, por escrito.-----

--- Solicitou à Mesa da Assembleia que insista junto do Executivo Municipal no sentido de serem prestadas informações concretas, relativamente aos mesmos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a Mesa irá procurar obter celeridade nas restantes respostas. -----

--- **PONTO OITO – ATRIBUIÇÃO, PELOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM AO CAS – CENTRO DE APOIO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM, DE UM SUBSÍDIO MENSAL NO MONTANTE DE DOIS MIL E QUINHENTOS EUROS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de cinco de Agosto, cabe-me propor à Exmª. Assembleia a aprovação da proposta de **Atribuição, Pelos Serviços Municipalizados de Santarém ao CAS – Centro de Apoio Social do Pessoal da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Santarém, de um subsídio mensal no montante de dois mil e quinhentos euros**, nos termos da alínea e), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** declarou abertas as inscrições para debate deste assunto. Dada a ausência de oradores, submeteu a votação a proposta relativa a **Atribuição Pelos Serviços Municipalizados de Santarém ao CAS – Centro de Apoio Social do Pessoal da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Santarém, de**

um subsídio mensal no montante de dois mil e quinhentos euros, nos termos da alínea e), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO NOVE – REGULAMENTO MUNICIPAL DE DESCARGAS DE ÁGUAS RESIDUAIS INDUSTRIAIS. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezasseis de Setembro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação do **Regulamento Municipal de Descargas de Águas Residuais Industriais**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a ausência de oradores o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Regulamento Municipal de Descargas de Águas Industriais**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO DEZ – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou ter recebido, hoje, a proposta do novo Regimento desta Assembleia, oriundo da respectiva Comissão, o qual será oportunamente distribuído a todos os deputados municipais para uma análise pormenorizada com vista à sua discussão e votação em próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

ACTA Nº. 06/2002
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 27 de Setembro de 2002
2ª Reunião 11 de Outubro de 2002

194

--- Encerrada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram zero horas e quarenta e cinco minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi
e subscrevi.-----

----- **O PRESIDENTE**-----

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO**-----
